tecnológica eletrônica. No atual momento, embora permaneça a montagem parcial embasada em trabalho intensivo, diversas plantas de empresas na China estão montando um número cada vez maior de produtos finais.

Q7. Grande parte da produção doméstica chinesa do setor eletroeletrônico é realizada por joint ventures formadas entre capitais estrangeiros e nacionais.

Q8. Com a crise, observou-se perdas em diversos setores. A título de exemplo, no setor automotivo: depois do tombo de 26% registrado em 2020 após a chegada da pandemia da Covid-19 ao País, quando foram vendidos 2,058 milhões de veículos, o setor esperava uma recuperação de pelo menos 15%. Somente o segmento de automóveis e comerciais leves, o mais afetado pela escassez de semicondutores, teve desempenho ainda pior, com vendas de 1,984 milhão de unidades em 2021, apenas 1,4% acima do resultado de 2020. No início do ano passado, a projeção das montadoras era de crescer também 15% nesse mercado. A alta de 3% foi puxada pelo segmento de caminhões, cujas vendas cresceram mais de 30%.

Q9. Com a crise, observou-se quebras nas cadeias produtivas em diversos setores. A título de exemplo, no setor automotivo: as fabricantes de veículos, contudo, foram atropeladas pela crise dos semicondutores, problemas de logística (falta de navios e contêineres para trazer peças importadas) e pela alta de preços de matérias-primas, que foi repassada ao consumidor local.

Q10. Como consequência do choque de oferta, registrou-se aumento de preços nos setores afetados pela crise. A título de exemplo, no setor automotivo: sem oferta suficiente nas concessionárias, o mercado de carros usados atraiu o consumidor que buscava modelos zero quilômetro e cresceu 18%, em 2021, no comparativo com o ano anterior. Foram comercializados 11,244 milhões de automóveis e comerciais leves seminovos (com até três anos de uso) e usados mais antigos, ou seja, quase seis unidades para cada novo vendido.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

DENG, B. L; DENG, B. S. A economia política da indústria de semicondutores e o recente desenvolvimento limitado da República Popular da China (2014-2021). *Revista de Economia Contemporânea* (2022) 26: p. 1-25 (Journal of Contemporary Economics) ISSN 1980-5527.

GOMES, M. T. S. *O debate sobre reestruturação produtiva no Brasil*. RA´E GA 21 (2011), p. 51-77, Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR ISSN: 2177-2738.

MEDEIROS, C. A.; CINTRA, M. R. V. P. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. *Revista de Economia Política*, vol. 35, n. 1 (138), pp. 28-42, janeiro-março/2015.

PARANHOS JÚNIOR, C. p. *Produção de componentes eletrônicos*: necessidade estratégica para defesa, segurança e desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro, ESG, 2017.

POLÍTICA INTERNACIONAL

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

No primeiro tópico, espera-se que o candidato demonstre conhecimento em relação à evolução histórica da construção do argumento humanitário em torno da responsabilidade internacional da proteção de civis, com ênfase no dilema entre, de um lado, a intervenção por razões humanitárias e o direito à assistência humanitária e, do outro, a

soberania estatal. Inicialmente, nos anos de 1980, o dever de ingerência foi o termo que pautou a construção desse argumento.

(Q1). Esse termo dizia respeito à atuação de organizações não governamentais (ONGs), principalmente a dos Médicos sem Fronteiras, em emergências humanitárias e em conflitos armados –, com a finalidade de ajudar às populações carentes e de remediar o sofrimento delas, por meio de ações como assistência médica, tratamento de doentes ou feridos e outros. Em seguida, nos anos 1990, o argumento passou a se estruturar em torno da intervenção humanitária. (Q2) – Ao contrário do termo anterior, a intervenção humanitária pressupunha a atuação de governos nacionais em territórios estrangeiros com o propósito de proteger – se necessário, por meio do uso da força militar – as populações contra graves violações dos direitos humanos. Ainda nessa década, considerando a gravidade de tais violações em situações como na Somália, em Ruanda, na Bósnia, em Kosovo, entre outras, surgiram outros termos e iniciativas correlatos com a intervenção humanitária, como a segurança humana, a Doutrina Blair, a soberania como responsabilidade e a soberania individual.

Os termos e as iniciativas mencionados, em particular a soberania como responsabilidade, foram examinados pelo relatório da Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (ICISS, na sigla em inglês) intitulado "The Responsibility to Protect: Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty" e publicado em 2001. Uma das principais contribuições desse relatório, que passou a pautar o debate no início do século 21, foi propor a substituição do termo intervenção humanitária, ou direito de intervir, por responsabilidade de proteger (Q3), na tentativa de reconciliar as posições divergentes entre os países do Sul e do Norte a respeito da redefinição da soberania. Além disso, esse relatório também distinguiu três dimensões dessa responsabilidade – responsabilidade de prevenir, de agir e de reconstruir –, entre outras questões, que pautariam as discussões do termo na agenda onusiana.

Na Cúpula Mundial de 2005, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) adotou a resolução A/RES/60/1, por meio da qual a organização incorporou o conceito de responsabilidade de proteger (Q4). Nesse documento, reconheceu-se que, tanto os estados quanto a comunidade internacional, por meio da Organização das Nações Unidas, teriam a responsabilidade de proteger as populações contra o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Com base nessas considerações, o candidato deve já tratar do segundo tópico solicitado na questão. Nesse tópico, é preciso demonstrar conhecimento acerca do debate em torno do princípio da responsabilidade de proteger no decorrer da cúpula. Primeiramente, faz-se necessária a identificação de países que se opuseram, total ou parcialmente a esse princípio, e as posições assumidas por eles. São exemplos desses países: China, Cuba, Egito, Irã, Paquistão, Rússia, Venezuela, Vietnã e Malásia. Na sequência, é preciso selecionar pelo dois desses países e apresentar a sua respectiva posição (Q5). Para exemplificar, China e Malásia rejeitaram parcialmente esse princípio por causa da importância de discutir mais a respeito dele, enquanto Cuba rejeitou totalmente por o considerar como um pretexto para a intervenção de superpotências em assuntos domésticos. Ainda nesse segundo tópico, é preciso conferir maior pontuação às respostas que, comparativamente, apresentem maior número de países e suas posições.

No terceiro tópico, é desejável que o candidato mencione que os três pilares do princípio da responsabilidade de proteger foram estabelecidos no relatório do então secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, apresentado à AGNU em 2009 – documento este intitulado Implementing the Responsibility to Protect: Report of the Secretary-General (A/63/677). O primeiro pilar é que os Estados detêm a responsabilidade primária de proteger a própria população, nacionais ou não, contra o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade, assim como qualquer incentivo a essas transgressões (Q6). O segundo pilar é que a comunidade internacional detém a responsabilidade de encorajar e auxiliar os Estados a cumprirem a sua responsabilidade primária, sobretudo, por meio da cooperação e da implementação de uma estratégia de prevenção (Q7). E, finalmente, o último pilar é que essa comunidade deve estar preparada para agir coletivamente, de acordo com a Carta das Nações Unidas – em particular com os Capítulos VI, VII e VIII –, quando um Estado falhar em proteger a própria população contra as transgressões citadas anteriormente (Q8).

Finalmente, no último tópico, o candidato deve demonstrar capacidade de análise da adoção controversa do princípio de responsabilidade de proteger quando se deu a intervenção na Líbia em 2011 e argumentar que essa adoção, por um lado, trouxe novamente à tona as preocupações demonstradas por países na Cúpula Mundial de 2005 e, por outro,

inviabilizou que esse princípio fosse utilizado em situações posteriores, como na guerra civil na Síria. As Resoluções de 1970 e de 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), adotadas no início de 2011, foram as primeiras a fazer referência a esse princípio, e a segunda autorizou, pela primeira vez, o uso da força para fins de proteção humanitária contra um Estado em pleno funcionamento. A comunidade internacional, por meio do CSNU e sob a liderança da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), decidiu intervir na Líbia diante da resposta do governo de Muammar Kadafi à revolta popular que ocorreu no contexto da Primavera Árabe. A intervenção se deu sob os auspícios da Resolução de 1973, a qual determinou que fossem tomadas as medidas necessárias para proteger civis ameaçados em território líbio e, entre essas medidas, se estabeleceu a ambígua zona de exclusão aérea. Essa medida possibilitou o uso de uma força militar robusta sob a retórica humanitária, porém a implementação dessa medida acabou favorecendo os rebeldes e levou à mudança de regime, com a queda e morte de Kadafi (Q9). Países que se abstiveram na votação da Resolução de 1973, como a Índia, questionaram o fato de que o uso do princípio da responsabilidade de proteger não foi condizente com o mandato conferido pelo documento. Além disso, a experiência negativa do caso líbio elucida as preocupações já apresentadas por países, como Cuba, na Cúpula Mundial de 2005 e por António Guterres, especificamente a possibilidade de o princípio ter padrões duplos e ser usado seletivamente: a responsabilidade de proteger poderia legitimar intervenções de grandes potências e da OTAN, mesmo que sob a retórica humanitária, para atender os próprios interesses, a exemplo da mudança de regime na Líbia. Dessa forma, diversos países, como China e Brasil, mostraram-se céticos em adotar esse princípio para pautar a atuação da comunidade internacional na Síria e no Sudão do Sul, por exemplo, com o receio de que os resultados malsucedidos ocorressem novamente (Q10).

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

BELLAMY, Alex J. *Responsibility to protect.* Cambridge: Polity Press, 2009.

EVANS, Gareth J. *The Responsibility to protect*: ending mass atrocity crimes once and for all. Washington, D.C.: Brookings, 2008.

FONSECA JR, Gelson. Dever de Proteger ou Nova Forma de Intervencionismo? *In*: JOBIM, Nelson A., ETCHEGOYEN, Sergio W. e ALSINA, João Paulo (Org.) *Segurança Internacional*: perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010, pp. 175-192.

PUREZA, José M. As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia. *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, jan./jun. 2012, p. 3-19.

RIBEIRO, Mikelli M. L. A. Soberania e responsabilidade internacional humanitária: avaliando o processo de ajuste normativo no âmbito da ONU. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 30, set./dez. 2019, p. 199-234.

UN. United Nations. *Implementing the responsibility to protect*: report of the Secretary-General. A/63/677, Jan. 12, 2009. Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/files/SG_reportA_63_677_en.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

UN. United Nations. *Resolution adopted by the General Assembly on 16 September 2005*. A/RES/60/1. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_60_1.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

QUESTÃO 2

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

O candidato deve aplicar uma moldura teórico-conceitual (competição entre grandes potências em um cenário internacional anárquico/concorrência hegemônica) em uma situação política concreta e contemporânea (relacionamento bilateral China-EUA). O candidato deverá inicialmente demonstrar familiaridade com a contribuição de Tucídides – historiador do conflito entre Atenas e Esparta no século VI a.C. – para disciplina de Relações Internacionais; em particular, a descrição da dinâmica entre potências concorrentes pela primazia no sistema internacional (item i). É indispensável ter conhecimento prévio da obra supracitada de Graham Allison, o que o cientista político norte-americano define como "Armadilha de Tucídides" –, muito em particular o relacionamento contemporâneo entre Washington e Pequim (item ii). Com base nessas referências, caberá ao candidato narrar a ascensão internacional da China no último meio século e

descrever a distribuição do poder nas relações internacionais do pós-Guerra Fria (1991-), da chamada "unipolaridade" à multipolaridade, propondo discussão acerca do surgimento de hipotética nova bipolaridade, desta vez entre EUA e China – não se espera que o candidato emita juízo definitivo quanto à questão, senão que apresente os contornos da discussão (item iii). Para isso, será necessário comparar a dinâmica bipolar que caracterizou a disputa ideológica e por zonas de influência entre EUA e União Soviética no período da Guerra Fria (1945-2011) e o atual relacionamento entre EUA e China Popular. (item iv). O candidato deve recorrer à história para retraçar o "rapprochement" conduzido pelo ex-presidente norte-americano Richard Nixon e por seu conselheiro de Segurança Nacional/secretário de Estado, Henry Kissinger, com a China maoísta, que transformou o tabuleiro geopolítico internacional nos anos de 1970 (item v), culminando, décadas depois, nas fricções entre os dois países no período do Governo do ex-presidente Donald Trump e do presidente Joe Biden, do lado norte-americano, e do presidente Xi Jinping, do lado chinês; será aqui oportuno contrastar a atitude dos Governos Trump e Biden frente à China (item vi). O complexo relacionamento entre os dois países deve ser explorado pelo candidato demonstrando conhecimento a respeito das áreas de convergência e complementaridade entre os dois países – por exemplos, volume de intercâmbio comercial, integração produtiva e das cadeias de suprimento, dívida norte-americana com a China e a cooperação em temas como mudanças climáticas (item vii) – e os irritantes no relacionamento, como competição comercial e escalada tarifária; competição científico-tecnológica e disputa acerca de propriedade intelectual; estranhamentos no Mar do Sul da China (reivindicações chinesas); aliança sino-russa, inclusive no contexto do conflito na Ucrânia; altercações quanto à gestão da pandemia da Covid-19 (item viii). Essa complexidade – isto é, o fato de que o relacionamento não se presta a simplificações – deverá ser explorada pelo candidato , que poderá recorrer ao conceito de "interdependência complexa", desenvolvida pelos teóricos norte-americanos Joseph Nye e Robert Keohane, para demonstrar por que as múltiplas conexões entre EUA e China – especialmente o entrelaçamento entre as duas economias – poderiam tornar um conflito armado direto entre essas duas potências menos provável do que poderia sugerir a elaboração conceitual de Allison; neste caso, a demonstração de um paralelo com a dinâmica entre Alemanha imperial e Grã Bretanha às vésperas da Primeira Guerra Mundial será bem acolhida (item ix). Finalmente, espera-se que o candidato apresente argumentação referente à inclinação de respectivamente China e EUA para o conflito armado, tendo em vista o histórico de política externa e segurança e defesa das duas potências (item X).

Q1. Abordar a contribuição de Tucídides para o campo das Relações Internacionais.

Q2. Explorar o conceito de "Armadilha de Tucídides" apresentado nas epígrafes.

Q3. Descrever ascensão internacional da China e a distribuição de poder nas relações internacionais contemporâneas.

Q4. Comparar a dinâmica EUA versus China à dinâmica EUA versus União Soviética no decurso da Guerra Fria.

Q5. Apresentar histórico do relacionamento EUA-China.

Q6. Descrever estado atual do relacionamento EUA-China.

Q7. Apresentar os pontos de convergência na referida relação bilateral.

Q8. Enumerar os irritantes no relacionamento sino-americano.

Q9. Explicar por que o conceito de "interdependência complexa" tornaria mais improvável um conflito armado.

Q10. Contrastar a inclinação das políticas externas da China e dos EUA para um conflito armado.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente

indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

ALLISON, Graham. *A caminho da guerra*: os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides? 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2017.
KISSINGER, Henry. *White House Years*: The first volume of his classic memoirs. New York: Simon & Schuster, 2011.
KISSINGER, Henry. *Years of Renewal*: The concluding volume of his memoirs. New York: Simon & Schuster, 2011.
KISSINGER, Henry. *Years of Upheaval*: The second volume of his classic memoirs. New York: Simon & Schuster, 2011.
KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

QUESTÃO 3

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1 e Q2. As relações com países da África, a partir dos anos de 1960, foram relevantes para a construção do paradigma universalista da política externa brasileira, contribuindo para a diversificação e a ampliação do alcance da inserção internacional do País. Também, para o desenvolvimento de uma matriz de política externa embasada na ideia de parcerias não excludentes com vistas à promoção da própria autonomia. A cooperação com países que apresentam problemas e vulnerabilidades relativamente similares contribuiu para ampliação da capacidade de ação do Brasil, no sistema internacional, em conjunto com desdobramentos do contexto internacional da segunda metade do século 20. As relações com os países do continente africano representavam também um esforço no sentido de diversificar as parcerias comerciais do País e de autonomia no sistema internacional, dimensões igualmente constitutivas do universalismo. Esses objetivos passaram a integrar a atuação internacional do Brasil, ainda que com variações, e assumindo formas específicas de acordo com políticas e orientações de governos.

Q3. Com a Política Externa Independente, o Brasil buscou ampliar a sua base de relacionamentos para além de seus eixos "tradicionais" (América do Sul, Europa Ocidental e Estados Unidos da América). O País passou a abrir novas frentes de atuação internacional, na África, na Ásia e no Oriente Médio – regiões em que, naquele momento, muitos países acabavam de conquistar ou estavam em processo de conquista de sua independência formal na esteira do processo de descolonização.

Q4 e Q5. Além dos aspectos mencionados, entre os objetivos do Brasil nas relações com os países do continente africano estão: internacionalização de empresas brasileiras, ampliação de exportações, estreitamento de laços políticos, econômicos e culturais, fornceimento de assistência de cooperação técnica, para o desenvolvimento, apoio para projetos de política externa e para candidaturas em organismos internacionais, assim como cooperação em defesa.

Q6 e Q7. As formas de cooperação em defesa presentes no Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola, no Domínio da Defesa, são: a) visitas mútuas, entre as Partes, de delegações de alto nível, à entidades civis e militares; b) reuniões entre instituições de defesa equivalentes; e) formação de quadros e pessoal técnico-militar, nos estabelecimentos de ensino das Partes; d) intercâmbio de instrutores e de estudantes de instituições militares; e) promoção de ações conjuntas de treino e instrução militar, exercícios militares conjuntos, bem como a correspondente troca de informação; f) participação em cursos teóricos e práticos, estágios, conferências, seminários, debates e simpósios de interesse da defesa; g) consultoria no domínio da potenciação, emprego do armamento e de técnica militar, como também outras áreas de interesse militar e técnico-militar; h) implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa, com a possibilidade da participação de entidades militares e civis de nível estratégico; i) fornecimento, manutenção, reparação e modernização de armamento e técnica militar; j) realização de pesquisas científicas e trabalhos de construção experimental para a criação, produção de armamento e técnica militar; k) facilitação de iniciativas comerciais relativas a materiais e serviços relacionados à área da defesa; 1) participação como observadores, em

manobras e outros exercícios militares nacionais; m) visitas de navios de guerra e aeronaves militares; n) intercâmbio de delegações e troca de experiências; o) organização e participação em eventos culturais e desportivos.

Q8. A Política Nacional de Defesa (PND) fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado quanto ao que fazer para alcançá-los. A Estratégia Nacional de Defesa (END) dispõe a respeito de como fazer o que foi estabelecido pela Política. A PND é o documento condicionante do planejamento de ações destinadas à defesa nacional. Os termos do modelo de defesa propostos nos documentos consideram a intensificação da projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais. A edição de 2012 da PND e da END foi realizada de maneira conjunta.

Q9 e Q10. A Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, ambas de 2012, indicam que o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a Região Sul-Americana e inclui o Atlântico Sul e os países lindeiros da África. Aponta que entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico e de incremento à participação brasileira no cenário internacional estão: a intensificação da cooperação e do comércio com países da África, a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), o diálogo continuado nas mesas de interação inter-regionais em instâncias como a Cúpula América do Sul-África (ASA), no Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). O documento aponta que o Brasil atribui prioridade, entre outros, aos países da África, em especial aos da África Ocidental e aos de língua portuguesa, buscando aprofundar seus laços com esses países..

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

BRASIL. *Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no domínio da Defesa*. Brasília, 23 de junho. MRE. 2010b.
BRASIL. *Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, 2012.
OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.
RIBEIRO, Claudio Oliveira. As relações Brasil-África entre os governos Collor e Itamar Franco. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 1, 2009, pp. 289-329.
SEABRA, Pedro. A harder edge: reframing Brazil´s power relation with Africa. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 57, n. 1, 2014.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

A questão busca identificar o conhecimento do candidato em relação ao protagonismo brasileiro desempenhado frente à Força-Tarefa Marítima (FMT) da Força Interina das Nações Unidas, no Líbano (UNIFIL), entre 2011 e 2021, além de verificar se os postulantes à carreira diplomata compreendem a importância da segurança marítima no Atlântico Sul para a política externa. O (a) candidato (a) deverá contextualizar a criação da UNIFIL no período da Guerra Civil Libanesa (1975-1990) e o tenso relacionamento entre Líbano e Israel, que ocupou o Sul do país entre 1985 e 2000 (item i). Na sequência, deverá apontar a ampliação do mandato da missão, por intermédio da Resolução no 1.701/2006 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), criando a FMT, após novas altercações na porção setentrional do território libanês entre, de um lado, as Forças de Defesa de Israel (FDI) e, de outro, a milícia Hezbollah, no verão de 2006 (item ii). A FMT-UNIFIL é o único componente naval em operações de manutenção da paz em toda história da modalidade, o que comprova seu caráter único e extraordinário, característica que caberá ao(à) candidato(a) demonstrar (item iii). Aqui, deverá se referir à cessão de meios navais – especialmente da nau-capitânia da Força-Tarefa, além de 200 militares da Marinha do Brasil –

para patrulhar as áreas jurisdicionais libanesas com vistas, principalmente, a coibir o contrabando de armas para o território do Líbano, contribuindo, assim, para a estabilização do país (item iv). Deverá situar a disposição em assumir a liderança da FMT-UNIFIL na tradição brasileira em contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais, com base na preferência pela solução pacífica das controvérsias, no respeito ao Direito Internacional – obrigações contidas no art. 4 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre os princípios que regem as relações internacionais do Brasil – e na opção pelo multilateralismo (item v). É nesse contexto que o (a) candidato (a) deverá fazer uma reconstituição da participação brasileira em operações de manutenção da paz das Nações Unidas, destacando o emprego de trocas nas operações desdobradas em Suez, Angola, Moçambique, Timor-Leste, Haiti e República Democrática do Congo (item vi). O Brasil é lar da principal e mais numerosa diáspora no mundo, contando com aproximadamente sete a 10 milhões de descendentes de libaneses em sua população. Essa dimensão humana do relacionamento bilateral deverá ser ressaltada como elemento importante, justificando a presença da Marinha do Brasil por prolongado período na FMT-UNIFIL (item vii). Finalmente, o (a) candidato deverá se referir à retirada dos militares brasileiros do Líbano, no início de 2020, após praticamente uma década ininterrupta, comandando o componente naval da UNIFIL (item viii), demonstrando a mudança de foco da Marinha do Brasil para a cooperação naval, a segurança marítima e o combate aos ilícitos transnacionais no Atlântico Sul (por exemplo, pirataria, tráfico de armas, narcóticos e pessoas; pesca ilegal, não documentada e não regulamentada) – definida como parte integral do "entorno estratégico brasileiro" pela Estratégia Nacional de Defesa (END) (item ix). É exemplo dessa mudança de foco a criação da Operação GUINEX-I (Golfo da Guiné), que se vale dos mesmos meios navais anteriormente desdobrados na FMT-UNIFIL (item x).

Q1. Contextualizar a criação da UNIFIL (1978) no contexto da Guerra Civil Libanesa.

Q2. Abordar a ampliação do mandato da UNIFIL após guerra no sul do Líbano (2006).

Q3. Ressaltar o caráter único do componente naval da UNIFIL entre outras operações de manutenção da paz das Nações Unidas.

Q4.Descrever o papel desempenhado pela Marinha do Brasil no patrulhamento das águas entre Líbano e Israel no período.

Q5. Inserir protagonismo na FMT-UNIFIL no histórico brasileiro de contribuições com a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Q6. Apresentar a tradição brasileira em Operações de manutenção da paz das Nações Unidas, com referências às operações empregadas em Suez, Angola, Moçambique, Timor-Leste, Haiti e República Democrática do Congo.

Q7. Aludir às relações históricas entre o Brasil e o Líbano, especialmente diante da importante diáspora libanesa no Brasil.

Q8. Contextualizar a decisão de retirada dos militares brasileiros da UNIFIL.

Q9. Comentar a mudança de foco de atuação para o Atlântico do Sul. Crescimento das atividades ilícitas no Golfo da Guiné (pirataria, narcotráfico, pesca ilegal).

Q10. Referir-se à criação da Operação GUINEX-I.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. *O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado*. 1. ed. Brasília: IPEA, 2012.
GOULART, Felipe Haddock Lobo; SCHERER, Lígia Maria; VELOSO, Pedro Augusto Franco. *Brasil-Líbano*: legado e futuro. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2017.
FISK, Robert. *Pobre Nação.* As Guerras Do Líbano No Século XX. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ECONOMIA

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Ao longo das décadas de 1960 e de 1970, a dívida externa de países em desenvolvido era apontada como sustentável.

Q2. Isso ocorria porque as taxas de crescimento das exportações dos países em desenvolvimento estavam acima das taxas de juros internacionais para os empréstimos a esses países.

Q3. O empréstimo oficial era percebido como lento e burocrático, de modo que o empréstimo bancário foi preferido pelos países e visto como de pouco risco pelos bancos.

Q4. Caso não tivessem contraído esses empréstimos, os países em desenvolvimento teriam sido forçados a contrair suas importações de países industriais, agravando a recessão após o primeiro choque do petróleo.

Q5. Esse processo (de empréstimos com bancos privados e rolagem de dívida via tais bancos, e não por canais oficiais) ficou conhecido como reciclagem competitiva.

Q6. O aumento da taxa de juros em dólar, que ocorreu nos anos de 1981 e de 1982, modificou esse cenário.

Q7. Tal fato provocou o aumento das relações juros versus exportação, em 1982, dos países em desenvolvimento.

Q8. O problema foi diagnosticado como sendo de liquidez e não de solvência, o que favorecia a rolagem das dívidas.

Q9. Entretanto, dívida soberana não apresenta efeito colateral da mesma forma que dívidas privadas, o que aumentou o risco para os credores.

Q10. Por isso, foi estabelecido o cartel de credores como forma de socializar os riscos da operação de rolagem.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

SIMONSEN, M. H.; WERLANG, S. R. O problema da dívida dos países em desenvolvimento: uma análise via teoria dos jogos. *In.: Revista Brasileira de Economia*, 44(3), 1990, pp. 457-483.